

EDUARDO DANTAS

DIREITO MÉDICO

7^a edição

Revista, atualizada
e ampliada

2023

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

 EDITORA



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe Juspodivm

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 4.ª edição.

D192d Dantas, Eduardo.
Direito Médico/Eduardo Dantas – 7.ed., rev., atual. e amp. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.
592 p. (Coleção GZ)

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4599-6

1. Responsabilidade Civil Médica. 2. Código de Defesa do Consumidor. 3. Aspectos Legais. I. Dantas, Eduardo. II. Título.

CDD 342.5

Bibliotecária responsável:
Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Capítulo I

ASPECTOS HISTÓRICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA.....	59
1.1. Notas Introdutórias	59
1.2. O Direito Romano.....	64
1.3. A Influência Grega	67
1.4. O Direito Árabe.....	69
1.5. Origens no Direito Europeu: França e Espanha	70
1.6. A Evolução no Direito Brasileiro	77
1.7. Conclusões.....	80

Capítulo II

O EXERCÍCIO DA MEDICINA E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ASPECTOS ATUAIS DO DIREITO BRASILEIRO E ESPANHOL.....	83
2.1. Notas Introdutórias	83
2.2. Definições Doutrinárias.....	87
2.3. Elementos de Direito Comparado: Paralelos ao Direito Espanhol.....	92
2.3.1. Aspectos da jurisprudência espanhola.....	94
2.3.2. A responsabilidade por produto defeituoso.....	99
2.4. Implicações Práticas da Aplicação do Código de Defesa do Consumidor à Atividade Médica.....	102
2.4.1. O dano moral. Fundamentos jurídicos e sua quantificação.....	102
2.4.2. A controvérsia sobre a inversão do ônus da prova.....	107
2.4.3. A publicidade, seus efeitos e consequências.....	109
2.4.4. Outros aspectos relevantes.....	114
2.5. As Alterações Legislativas Introduzidas pelo Novo Código Civil	117
2.6. A Construção do Entendimento Jurisprudencial Brasileiro	120
2.7. Conclusões.....	126

Capítulo III

DIFERENÇAS ENTRE O CONSENTIMENTO INFORMADO E A ESCOLHA ESCLARECIDA, COMO EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL NA RELAÇÃO MÉDICO X PACIENTE.....	129
3.1. Notas Introdutórias.....	129
3.2. A Bioética e o Princípio da Autonomia do Paciente.....	140
3.2.1. Aspectos legais da autonomia do paciente no direito brasileiro...	141
3.3. A Escolha Esclarecida e a Relação Médico x Paciente sob a Ótica do Código de Defesa do Consumidor.....	147
3.4. Escolha Esclarecida e Dever de Informação.....	157
3.5. Conclusões.....	158

Capítulo IV

O “CONSENTIMENTO PRESUMIDO”, A AUTONOMIA RELATIVA E AS INOVAÇÕES DA LEI DE TRANSPLANTES BRASILEIRA.....	163
4.1. Notas Introdutórias.....	163
4.2. Evolução Jurídica no Ordenamento dos Transplantes de Órgãos e Tecidos no Brasil.....	164
4.3. A Lei nº 9.434/97 e o “Consentimento Presumido”.....	166
4.4. Conclusões.....	171

Capítulo V

CONTROVÉRSIAS RELATIVAS À PRESCRIÇÃO DO ERRO MÉDICO.....	173
5.1. Notas Introdutórias.....	173
5.2. A Prescrição no Novo Código Civil.....	177
5.3. A Relação Médico x Paciente Enquanto Relação de Consumo. A Prescrição na Lei nº 8.078/90.....	178
5.4. Prazos Prescricionais Contra a Fazenda Pública.....	182
5.5. A Prescrição no Processo Administrativo.....	186
5.6. Conclusões.....	189

Capítulo VI

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CIRURGIÃO PLÁSTICO. A CIRURGIA PLÁSTICA COMO OBRIGAÇÃO DE MEIO.....	191
6.1. Notas Introdutórias.....	191
6.2. Definições Conceituais.....	194
6.3. O Posicionamento das Doutrinas Nacional e Estrangeira.....	198

6.4.	O Posicionamento dos Tribunais.....	213
6.5.	Conclusões.....	222

Capítulo VII

A ANÁLISE DO CONTRATO DE SERVIÇOS MÉDICOS SOB A PERSPECTIVA DA AUTONOMIA DA VONTADE E DO INADIMPLENTO.....	225
---	------------

7.1.	Contextualização.....	225
7.2.	A atividade médica: obrigação contratual ou relação de consumo?	227
7.3.	As características do contrato de serviços médicos	234
7.3.1.	As obrigações do médico.....	235
7.3.1.1.	Obrigações acessórias.....	237
7.3.2.	As obrigações do paciente	242
7.4.	O inadimplemento e seus efeitos	243
7.5.	Conclusões.....	246

Capítulo VIII

RESPONSABILIDADE CIVIL ODONTOLÓGICA: CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS.....	249
--	------------

Capítulo IX

RESPONSABILIDADE CIVIL HOSPITALAR: BREVES NOTAS DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS.....	259
---	------------

9.1.	Notas Introdutórias	259
9.2.	O Contrato Hospitalar e seus Elementos Definidores	261
9.2.1.	Dos diferentes tipos de contrato hospitalar.....	264
9.3.	Elementos Jurisprudenciais.....	270
9.4.	Conclusões.....	274

Capítulo X

A RESOLUÇÃO CFM 1805/2006E OS CUIDADOS PALIATIVOS: REFLEXÕES SOBRE SEUS ASPECTOS PSICOLÓGICOS E JURÍDICOS.....	277
---	------------

Capítulo XI

ASPECTOS JURÍDICOS DA REPRODUÇÃO <i>POST MORTEM</i>, EM PERSPECTIVA COMPARADA BRASIL-PORTUGAL.....	293
---	------------

11.1.	Apresentação do caso	293
11.2.	Reprodução <i>post mortem</i>	296
11.2.1.	Inseminação/fertilização <i>post mortem</i>	297

11.2.1.1. As grandes decisões.....	299
11.2.1.2. Questões atinentes ao consentimento.....	303
11.2.2. Transferência <i>post mortem</i>	304
11.3. A solução à luz da lei portuguesa.....	306
11.4. A solução à luz da lei brasileira	307
11.5. Considerações críticas	310

Capítulo XII

O PAPEL DO ADVOGADO NA PREVENÇÃO DE DEMANDAS MÉDICAS	313
12.1. Introdução	313
12.2. A Especialização como Diferencial	315
12.2.1. Diferença de enfoque entre demandas éticas, administrativas e processos judiciais.....	316
12.3. O Aconselhamento Constante e Preventivo	319
12.4. A Necessidade da Construção de Novos Caminhos	325
12.5. Conclusões.....	326

Capítulo XIII

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL: FERRAMENTA DE APOIO PARA A PROFILAXIA DO ERRO MÉDICO.....	329
13.1. Introdução	330
13.2. Pano de Fundo para o Debate Atual. Custo x Investimento.....	332
13.3. O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional sob a Ótica do Código Civil	335
13.4. Vantagens e desvantagens	338
13.5. O Seguro como um caminho necessário	344
13.6. Conclusões.....	347

Capítulo XIV

A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: PANORAMA ATUAL NO DIREITO BRASILEIRO – ASPECTOS LEGAIS E DEONTOLÓGICOS.....	349
14.1. Introdução	349
14.1.1. Direito ao planejamento familiar e à reprodução como direito fundamental.....	351
14.1.2. Do <i>status</i> jurídico do embrião criopreservado	352
14.1.3. Do consentimento na procriação medicamente assistida do momento limite para sua revogação.....	354

14.2. A construção do ordenamento jurídico em material de reprodução humana assistida	356
14.3. As resoluções do Conselho Federal de Medicina – Eficácia para o preenchimento de lacunas legislativas	366
14.4. Desafios para uma construção jurisprudencial	380
14.5. Conclusões.....	393

Capítulo XV

A LEI Nº 25/2016, DE 22 DE AGOSTO, E OS CONTRATOS DE GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO EM PORTUGAL..... 395

Introdução.....	396
15.1. Contrato de gestação de substituição tradicional e por FIV.....	398
15.2. Quem pode recorrer à gestação de substituição em Portugal?.....	401
15.3. Quem pode ser gestante de substituição em Portugal?.....	405
15.4. A criminalização dos contratos de gestação de substituição a título oneroso.....	407
15.5. Considerações finais.....	410

Capítulo XVI

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NA MEDICINA – UMA ANÁLISE A PARTIR DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA..... 411

Introdução.....	412
16.1. Notas gerais sobre ética médica e bioética.....	412
16.2. A função social do profissional da medicina e o dever de respeito à autonomia da paciente.....	414
16.3. Violência obstétrica	418
16.3.1. Episiotomia	418
16.3.2. Cesárea	426
16.3.3. Esterilização não consentida	430
16.3.4. Outros casos de violência obstétrica.....	435
16.4. Considerações finais.....	440

Capítulo XVII

A INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE EM CASOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA NO DIREITO BRASILEIRO..... 443

17.1. Introdução.....	443
17.2. O sistema jurídico brasileiro de compensação de danos.....	446

17.3. A inadequação da teoria da perda de uma chance à atividade médica	448
17.4. Uma análise sobre os recentes desenvolvimentos jurisprudenciais	454
17.5. Conclusões.....	457

Capítulo XVIII

RECUSA TERAPÊUTICA E OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA. BREVE ANÁLISE DA RESOLUÇÃO 2.232/2019 DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. UM PECULIAR CONCEITO DE AUTONOMIA DO PACIENTE.....	459
---	------------

Capítulo XIX

PROCESSOS ÉTICO-PROFISSIONAIS NO ÂMBITO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA: DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AO ORDENAMENTO JURÍDICO EM QUESTÕES RELATIVAS À PRESCRIÇÃO	475
Conclusões.....	487

Capítulo XX

CUIDADOS PALIATIVOS, PRIVACIDADE E INTIMIDADE – OS LIMITES À EXPOSIÇÃO DO PACIENTE E SUAS IMPLICAÇÕES BIOÉTICAS.....	489
20.1. Introdução	489
20.2. Do disciplinamento da publicidade, propaganda, autopromoção e uso de imagem dos pacientes nos códigos de ética das profissões de saúde..	492
20.2.1. Medicina	493
20.2.2. Psicologia.....	496
20.2.3. Enfermagem	496
20.2.4. Fisioterapia.....	498
20.2.5. Nutrição	499
20.2.6. Odontologia.....	500
20.3. Da proteção legal da intimidade e privacidade no direito brasileiro.....	502
20.4. Conclusões	504

Capítulo XXI

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO MANUSEIO E TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS EM SAÚDE – APONTAMENTOS EM RAZÃO DA LGPD.....	507
21.1. Notas Introdutórias	507
21.2. Dados Sensíveis em Saúde.....	510
21.3. Do Consentimento para tratamento de dados sensíveis em saúde.....	516
21.4. Responsabilidade ética e responsabilidade civil.....	520
21.5. Considerações finais.....	525

Capítulo XXII**DESAFIOS REGULATÓRIOS PARA A TELEMEDICINA NO ÂMBITO DOS CONSELHOS REGIONAIS E FEDERAL DE MEDICINA 527****22.1.** Notas introdutórias..... 527**22.2.** O histórico da telemedicina..... 529**22.3.** Novos dilemas e suas possíveis soluções no âmbito dos conselhos..... 531**22.4.** A LGPD e o atendimento em ambiente não presencial 537**22.5.** Das inadequações entre a regulamentação ético-deontológica e a noção de ambiente virtual..... 539**22.6.** Conclusões..... 542**Capítulo XXIII****MEDICINA REGENERATIVA, CÉLULAS-TRONCO E TERAPIA CELULAR: NOVOS DESAFIOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL..... 547****23.1.** Notas introdutórias..... 547**23.2.** Medicina regenerativa e terapia celular: uma visão geral dos avanços recentes na medicina regenerativa e terapia celular, e como eles estão sendo aplicados para tratar várias doenças e condições..... 549**23.3.** Desenvolvimento e regulamentação de terapias celulares: um olhar mais atento sobre as questões regulatórias envolvendo a pesquisa e o desenvolvimento de terapias celulares, incluindo questões éticas e de segurança..... 550**23.4.** Benefícios e riscos da terapia celular: uma análise dos benefícios potenciais e dos riscos associados à terapia celular, incluindo possíveis efeitos colaterais e complicações..... 554**23.5.** Conclusões..... 559**REFERÊNCIAS 563**